

1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2012. Presidência:** Profa. Dra. Sandra
4 Margarida Nitrini, Diretora da Faculdade. Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e
5 doze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira convocação.
6 **COMPARECIMENTOS:** Professores, alunos e funcionários: Cícero Araújo, Osvaldo Luis
7 Angel Coggiola, Daniel Puglia, Ieda Maria Alves, Valéria de Marco, Sergio Adorno, Giliolla
8 Maggio, Fernando Rodrigues Junior, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Gildo Magalhães dos
9 Santos Filho, Fernando Antônio Pinheiro Filho, Marli Quadros Leite, Helder Garmes,
10 Margarida Maria Taddoni Petter, Tinka Reichmann, Claudio de Souza, Márcia Regina Gomes
11 Staaks, Vima Lia de Rossi Martin, Caetano Ernesto Plastino, Maria Elisa Siqueira Silva,
12 Vagner Gonçalves da Silva, Reginaldo Gomes de Araújo, Viviana Bosi, Adrian Pablo Fanjul,
13 Maria Augusta da Costa Vieira, Fernando de Magalhães Papaterra Limongi, Beatriz Raposo de
14 Medeiros, Ricardo Cunha Lima, Maria Teresa Celada, Rafael Pacheco Marinho e Maria
15 Carlotto. Como assessores atuaram: Augusto César Freire Santiago (ATI), Leonice Maria Silva
16 de Farias (FIN), Renata Guarrera Del Corço (ATAD), Eliana Bento da Silva Amatuzzi Barros
17 (Comunicação), Maria das Graças Ribeiro dos Santos (Biblioteca) e Rosângela Duarte Vicente
18 (ATAC). **JUSTIFICATIVAS:** Justificaram ausência os seguintes membros: Roberta Barni,
19 Leopoldo Waizbort, Leiko Matsubara Morales, Eliza Atsuko Tashiro Perez, Paulo Roberto
20 Arruda Menezes, Maria Helena Capelato, Sandra Vasconcelos, Marcelo Candido, José Nicolau
21 Gregorin Filho, Zilda Gaspar Aquino, Marcelo Módolo, Paulo Correa, Raquel Glazer, Shirlei
22 Lica Hashimoto, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Elias Thomé Saliba, Brasília João
23 Sallum, Manuel Fernandes de Souza Neto. **PAUTA: I – Debate do tema: Estrutura do poder**
24 **na universidade, 3º Item – Eleição para Reitor – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro (relator) e**
25 **Profs. Drs. Cícero Romão Resende e Manuel Fernandes de Souza Neto (debatedores).** Com a
26 palavra, a Senhora Diretora disse: “Infelizmente o professor Manuel Fernandes de Souza Neto
27 não poderá comparecer ao debate por consequência de graves motivos pessoais, porém sua
28 ausência não impedirá que façamos a discussão. Passo a palavra ao Prof. Dr. Renato Janine
29 Ribeiro.”. Com a palavra, o Prof. Renato Janine Ribeiro disse: “Quero elogiar o trabalho da
30 diretora que na sua gestão conseguiu fazer uma articulação muito boa tanto no que se refere às
31 demandas da faculdade, quando às relações com o restante da faculdade. Quando eu me
32 candidatei ao cargo de representante dos professores titulares no CO em 2009, tinha como
33 proposta principal a alteração do modo da escolha do Reitor na USP que, a meu ver, tem como
34 pior característica o fato de que a gestão vigente, Reitor e Pró-reitor, possui enorme influência

35 sobre a escolha da gestão seguinte. Desde a época da gestão do professor José Goldemberg,
36 quando iniciou este tipo de escolha, os candidatos da situação ganharam quatro vezes, contra
37 duas vitórias da oposição, que ocorreram em situação adversa, uma após a renúncia de um
38 candidato, o que enfraqueceu a situação, e outra pela escolha do governador ter contemplado o
39 segundo colocado da lista tríplice, prerrogativa legal do governador, apesar de não ser usada há
40 muito tempo. Coloquei esta questão logo quando ingressei ao cargo de representante no CO em
41 2009, pois acredito que ela deveria ser resolvida antes que o ambiente fosse contaminado com
42 os preparativos para a eleição do próximo reitor. O reitor entrou em contato comigo e me pediu
43 para que eu fizesse um relatório sobre a questão e sobre as propostas de alteração para a
44 eleição, o que foi feito durante a minha gestão. Fui informado que a gestão posterior à minha
45 no CO, encabeçada pelo professor Luis Nunes, está dando continuidade às principais questões
46 que foram colocadas na minha gestão. A primeira questão problemática, fora a questão da
47 representatividade dos 350 que formam o colégio do segundo turno, é a influência que o reitor
48 e os pró-reitores, que acabam sendo os candidatos, exercem na escolha do reitor, do qual, na
49 última escolha para reitor, refletiu no fato de que dos oito candidatos, três eram pró-reitores,
50 quatro eram diretores de unidade e um era ex-diretor da ADUSP. Todos os concorrentes
51 possuíam uma instituição, uma estrutura forte por trás. Discutir esta questão nos mostra as duas
52 posições litigantes que existem na nossa universidade: uma que defende a democracia, e outra
53 que diz não admitir a perda de qualidade da universidade. Eu não vejo outro caminho para
54 sairmos deste conflito a não ser conversa e negociação, já que o único meio de alterar o estatuto
55 da USP é por meio do CO, ou por meio da Assembleia Legislativa do Estado de SP,
56 procedimento que não seria bem visto pela comunidade acadêmica. O que eu sugeriria como
57 encaminhamento, mas que depende da disposição do Reitor, já que é ele que decide o quê e as
58 datas do quê será votado, é a substituição do atual colégio de segundo turno pelo colégio de
59 primeiro turno, no qual as congregações, os conselhos e o CO votam, ou seja, é a parte da
60 eleição que obtém o nome do candidato mais votado, cabendo ao segundo turno o jogo político
61 em que o candidato mais votado tenta impedir que os adversários da oposição o acompanhem
62 na lista tríplice que segue ao governador. Ocorreria daí que as grandes unidades, como a
63 FFLCH, a Poli e a Medicina, teriam maior representatividade, já que a forma de eleição que
64 utiliza apenas o primeiro turno considera a quantidade de integrantes como parâmetro para o
65 cálculo final do escolhido. Poderíamos ampliar a representatividade do primeiro turno, por
66 exemplo, se incluíssemos os membros das comissões estatutárias e dos conselhos
67 departamentais, o que elevaria o número de votantes a praticamente o dobro do atual, mais ou
68 menos de 2000 para 4000, ou poderíamos incluir outro tipo de proporcionalidade entre os votos

69 dos professores, funcionários e alunos. As Faculdades menores talvez não aceitem essa
70 alteração, pois elas irão perder representatividade e, assim, para aprovar esta proposta
71 teríamos que fazer um acordo com elas. Outra questão associada a esta é se haverá ou não a
72 utilização da lista tríplice na próxima eleição. A sua utilização, a meu ver, é ruim, já que a
73 decisão que foi tomada por um grande montante de pessoas passa pela escolha de apenas uma
74 pessoa externa, o governador. Caberia a nós, assim, pensarmos no melhor modo da comunidade
75 externa à USP ter alguma influência nela, o que atualmente acontece pela escolha do
76 governador à lista tríplice. No CO, infelizmente, não há intenção de substituir o método de
77 escolha de lista tríplice, muita gente a acha importante, mas mesmo assim eu sugeri que
78 fizéssemos uma alteração em que tentássemos fazer um acordo misto, no qual os candidatos
79 deveriam se registrar e que, para tanto, eles deverão possuir certo número de apoio, ou seja,
80 deverá haver uma trava para que só alguns candidatos consigam se inscrever, e que os que
81 conseguirem se inscrever, necessariamente possuam representatividade. Devemos evitar o voto
82 seco, quando vota-se em massa em um nome, deixando claro já no primeiro turno quem é o
83 candidato preferido e que os outros candidatos estão apenas compondo a lista. Quando não há
84 um nome absoluto é mais fácil formar uma lista tríplice representativa. Eu aconselho vocês a
85 negociarem, pois quando um lado quer uma coisa e o outro quer outra, não se chega a lugar
86 nenhum, permanecendo com a questão em aberto. Outra questão é a necessidade de que aqueles
87 que ocupam cargos do executivo se desvinculem dos seus cargos durante a campanha, por meio
88 de licença de afastamento, para que não haja utilização indevida da máquina. Fator faltoso e
89 que é de relevante importância é a necessidade de ampliar os debates durante a campanha, não
90 só entre os candidatos, mas entre eles e intelectuais desinteressados do processo que possam
91 colocar questões relevantes e que se mostrem relevantes e atuais.”. Com a palavra, o Prof.
92 Cícero Romão Resende disse: “No geral, eu concordo com a proposta sugerida pelo professor
93 Renato Janine, mas, porém, tenho uma sugestão polêmica para a proposta. Acho que a sua
94 proposta tem o mérito de ser sábia e ao mesmo tempo pragmática, por ser de aplicação
95 plausível dentro da atual conjuntura política e social. Acho intrigante as pessoas sugerirem que
96 a USP adote uma reforma da sua estrutura de poder para que ela se assemelhe com as estruturas
97 vigentes no Estado, e acredito que o dilema democracia X qualidade da universidade levantado
98 pelo professor é um falso dilema, do mesmo modo que é errôneo associar a democracia com
99 uma forma específica de eleição, ou a não democracia com alguma outra forma específica. Não
100 quero levantar a questão sobre a validade da democracia na universidade, o que no meu ponto
101 de vista é válido, pois a universidade faz parte de uma sociedade democrática, que não é apenas
102 uma qualidade da instituição política, mas um modo de relação que ocorre entre as pessoas da

103 sociedade, na maneira como as pessoas vestem suas funções institucionais na sociedade nos
104 seus diversos papéis. A eleição direta para reitor na USP, caso mais progressista das visões
105 democráticas, surgiu com força quando o Brasil passou pelo movimento de Diretas-já para a
106 Presidência nos anos finais da ditadura, situação que impulsionou a discussão para dentro dos
107 nossos muros. Quando a ditadura havia se exaurido e vivíamos o processo de transição e
108 estruturação da nova constituição, alguns dos setores da oposição que apoiaram o movimento
109 de diretas-já, inclusive alas da esquerda mais radical, agora apoiavam formas de governo que
110 não contemplavam eleições diretas. Acredito que considerar qualquer outra forma que não a
111 eleição direta para reitor como autoritária é um fetiche da forma. A questão das formas
112 possíveis de estrutura de poder envolve o que é conveniente para o momento e que a forma se
113 enquadre na maneira mais saudável do exercício, ou disputa, do poder na universidade,
114 segundo os seus propósitos específicos. A discussão que visa criar uma estatuinte para a USP é
115 a mesma que legitima a necessidade de criação de uma constituição para um Estado, como se
116 as duas instituições fossem do mesmo princípio, o que legitimaria a igualdade entre suas
117 formas. Como propaganda a analogia é boa, mas devemos analisar se ela se sustenta realmente.
118 A meu ver, a transposição não se sustenta, pois o estado democrático é regido pelo princípio
119 básico da soberania popular, artigo que está inscrito em todas as constituições das democracias
120 contemporâneas. Entretanto, a universidade não é uma entidade soberana, e nem a comunidade
121 universitária é um povo. A Universidade depende do Estado, ela não possui a capacidade e os
122 meios de se autogerir completamente e, além de tudo, a lei que atribui a autonomia
123 universitária é proveniente da própria legislação do Estado, conforme o peculiar papel que ela
124 possui nas sociedades, como a capacidade de criticar o próprio Estado e desenvolver pesquisas
125 que não sejam do interesse daqueles que controlam a máquina pública, características que
126 necessitam que ela possua autonomia e distanciamento da estrutura estatal. A democracia não
127 considera a diferença entre as pessoas e atribui a todos, com igualdade, o poder de eleger os
128 representantes, pois os votos são todos de mesmo peso. A eleição paritária proposta à
129 Universidade ainda considera a diferenciação entre os eleitores, porque ela tem propósitos
130 específicos e não pode igualar toda a sua comunidade como igual. A soberania popular, assim,
131 não pode ser reivindicada para a Universidade, o que, ao meu ver, é plenamente compatível
132 com a questão da autonomia e da democracia. No meu entendimento, o pior dos males da nossa
133 estrutura de poder ocorre pelo fato do Reitor concentrar demasiado poder na sua figura.
134 Criticam o poder dos professores titulares, mas eles só o têm enquanto corpo e não
135 individualmente. Caso tivéssemos eleição direta para Reitor hoje, elevaríamos a concentração
136 do seu poder ao paroxismo e diminuiríamos ainda mais o poder dos órgãos colegiados, o que

137 vai na contramão do que é o esperado, que é o Reitor ter que prestar mais esclarecimentos ao
138 Conselho da Universidade, hoje em dia instituições mais homologatórias do que executivas,
139 contrariando o princípio de distribuição dos poderes. Há pouca capacidade nestes órgãos de que
140 os seus representantes alterem as considerações que eles já possuíam antes de entrar na
141 reunião.”. Com a palavra, o Prof. Renato Janine Ribeiro disse: “Mexer nas estruturas de poder
142 da Universidade implica alterar, mexer no CO, que é demasiado grande para ser eficiente e
143 demasiado grande para ser democrático. Acho complicada a existência de um colegiado em que
144 todas as unidades possuam o mesmo peso, pois cada uma delas detêm um peso diferente na
145 comunidade acadêmica, devido a diferente corpo discente, docente e funcional. Um CO com
146 mais de 100 membros não funciona, e nós estamos caminhando para uma realidade muito pior
147 do que esta. Podemos tomar diversas medidas para resolver o problema da ineficácia da
148 representatividade, e a alteração da forma de escolha do reitor poderia ser um meio para isso.
149 Outra alteração possível seria termos um CO pleno, com duas reuniões por ano, e outro CO
150 mais enxuto, com encontros mensais, e que represente melhor a universidade.”. Com a palavra,
151 o Prof. Sergio França Adorno de Abreu disse: “Pelo que eu entendi daquela reunião do CO,
152 alguns consensos são mais ou menos razoáveis, como a proposta de acabar com o segundo
153 turno da eleição para Reitor. Pela discussão, eu acho que há espaço para a ampliação do colégio
154 eleitoral. Estamos em um momento de crise de legitimidade do poder na USP, já que a nossa
155 comunidade não se reconhece na figura do Reitor. Acho que a maior dificuldade para o CO é
156 conseguir articular a questão do mérito acadêmico, questão que muitos olham com o pé atrás,
157 com a qualidade política, capacidade de negociar e distribuir o poder. Como é possível
158 construir um conjunto de procedimentos pelos quais chegemos ao melhor? Entendendo por
159 melhor aquilo que é da vontade da comunidade e que represente um consenso a respeito do que
160 é excelência, do ponto de vista acadêmico, e apresente habilidades políticas, como capacidade
161 de negociação e de distribuição do poder. Como é que estas questões são colocadas nas
162 discussões? As pessoas tendem a confundir a questão do mérito como um privilégio que será
163 passado para uma elite herdeira. Eu não acredito que o tamanho do CO seja o seu problema,
164 mas sim o fato de ele estar perdendo a sua capacidade deliberativa. O nosso modelo de
165 estrutura de poder encaminha tudo tão mastigado ao CO que ele não produz discussões sobre os
166 temas em pauta, os representantes apenas votam, o órgão só sabe homologar.”. Com a palavra,
167 a Profa. Valéria de Marco disse: “Gostaria de salientar uma questão que quase nunca é
168 colocada em pauta, tanto quando consideramos as discussões sobre o estatuto USP, ou quando
169 observamos os assuntos dos candidatos a reitor, que é a questão da pressão externa sobre a
170 reitoria e sobre os membros do CO. É muito difícil entender estas forças porque elas não

171 aparecem. Entretanto, gostaria de lembrar que, para derrotar a influência da ditadura militar que
172 ainda persistia aqui dentro, o então governador Franco Montoro articulou os militantes que o
173 apoiavam a comparecer à assembleia que iria decidir se a votação seria por lista tríplice ou por
174 candidatura única, e que era muito comum os membros dos colegiados se posicionarem
175 conforme uma opinião de um grupo externo, que eles apoiavam e com o qual compartilhavam
176 ideias. Eu discordo do texto do Renato que dizia que o atual reitor não era o da preferência do
177 antecessor, pois, no meu entendimento, a articulação já estava feita antes da eleição. A
178 concentração excessiva de poder nas mãos do Reitor é desencadeada por forças externas à
179 Universidade, ou seja, ao caráter relativo à sua autonomia.”. Com a palavra, o Prof. Renato
180 Janine Ribeiro disse: “Acho importante, como a Valéria nos traz, lembrarmos fatores
181 históricos, para que possamos ponderar o que é possível fazer na atualidade. Tive uma
182 experiência na administração federal, quando fui membro da CAPES, e pude acompanhar a
183 eleição nas universidades federais, que são diretas, segundo algum tipo de paridade,
184 excetuando-se a federal do Espírito Santo que adotou, por determinado tempo, o sistema de
185 uma pessoa, um voto, mas este tipo de procedimento foi considerado ruim quando analisada a
186 qualidade da universidade. O que me chamou a atenção no processo de eleição das
187 universidades federais foi a hiperpartidarização das escolhas, pois havia grupos políticos que
188 apresentavam os seus candidatos, o que é, no meu entendimento, algo extremamente nocivo à
189 universidade e deve ser evitado. Agora quero falar sobre as questões de agenda possível do CO.
190 A título de recordação, o CO possui três comissões com mandato de um ano e que possuem
191 muito poder dentro do CO. A mais importante entre elas é a COP, Comissão de Orçamento e
192 Planejamento, pois é ela que libera o dinheiro. A CLR, Comissão de Legislação e Recursos, é
193 muito importante por ser ela que faz as interpretações da legislação para os casos ocorridos
194 dentro da USP. A CAA, Comissão de Atividades Acadêmicas, da qual eu fiz parte e que
195 deveria ser a comissão mais importante, não é e tem basicamente duas funções, a criação de
196 departamentos e unidades e a concessão e criação de claros para professor titular. Quando eu
197 propus que questionássemos o conceito de unidade e departamento que utilizávamos, cheguei à
198 conclusão que carecíamos de um conceito sobre estas questões. Os conselhos centrais muitas
199 vezes escolhem os nomes que a articulação reitoral propôs. Não sei se há de fato uma crise na
200 legitimidade do Reitor, a não ser se estivermos considerando a opinião da FFLCH. Porém, ao
201 considerar a opinião das outras unidades, elas não analisam a forma da escolha do Reitor para
202 lhe atribuir legitimidade, mas o fato de se a sua gestão está sendo boa para os fins dos quais a
203 Unidade se coloca.”. Em aparte, o Prof. Sergio França Adorno de Abreu disse: “Não pretendo
204 discutir a falta de legitimidade do Reitor, e sim a do processo eleitoral que o elegeu, que é

205 legal, mas que tem causado muita indignação entre uma parcela significativa da comunidade
206 acadêmica.”. Com a palavra, o Prof. Renato Janine Ribeiro disse: “Entendi. O que eu acho mais
207 substancial é a questão sobre autoridade e poder. Metaforicamente, discutimos muito a nuvem,
208 que é o poder, o que dá dinheiro, nomeia ou retira cargos, mas na vida acadêmica o que é
209 importante é a autoridade que se consegue por meio do trabalho científico, o reconhecimento
210 pela qualidade do trabalho. O argumento de autoridade é muito utilizado entre os nossos
211 colegas das ciências exatas e biológicas, e é o que legitima se a pessoa é capacitada ao cargo,
212 mesmo se não se sabe quais as suas opiniões políticas. Quando discutimos a autoridade,
213 discutimos a carcaça da questão, pois o miolo é a questão do mérito. Estamos na melhor
214 universidade do país, uns dizem que isso decorre do fato dela possuir eleição indireta, e outros
215 dizem que é assim, apesar da USP não ter eleição direta.”. Com a palavra, o Prof. Dr. Cícero
216 Romão Resende disse: “Concordo com a ideia de que a excelência acadêmica impulsiona a
217 legitimação do poder dentro da universidade, mas também há de se convir que existem pessoas
218 de elevada autoridade acadêmica que foram um desastre como atores políticos. Mas, a
219 princípio, uma pessoa que é desconhecida academicamente terá dificuldades de impor sua
220 autoridade dentro da universidade. Embora saibamos previamente do histórico acadêmico de
221 algum candidato, e que isso é fundamental para a formação da sua autoridade no cargo, é
222 impossível saber se esta pessoa possui destreza no âmbito político. O problema dos órgãos
223 colegiados, especialmente do CO, é a representatividade dos seus representantes, no que diz
224 respeito à qualidade da representação. O órgão não pode ser excessivamente grande por perder
225 a capacidade deliberativa, tornando-se um órgão homologatório. O problema é como
226 conseguiremos fazer o adensamento de representatividade nos movimentos que se prestam à
227 representação. É um problema quando a representatividade é exercida por grupos que não são
228 públicos, influência que se dá na sombra.”. Com a palavra, o Prof. José Álvaro Moisés disse:
229 “Concordo que a questão qualidade X democracia é muito complicada e, assim, é algo que
230 devemos refletir longamente. O Sergio levantou uma questão importante, quando se referiu à
231 necessidade de incluir questões sobre o CO nas discussões que tenham por intuito a reforma do
232 papel do Reitor na nossa Universidade. No Brasil, temos uma tradição muito forte de atribuir
233 força ao executivo e o tempo todo trazemos este vício para a nossa discussão, pois discutimos a
234 reforma apenas do ponto de vista do papel do Reitor e não do conjunto da instituição. Devemos
235 articular melhor a nossa discussão no sentido de atribuir unidade aos órgãos que compõem a
236 universidade, o que significa, já que retiramos poder do Reitor, saber como distribuiremos esta
237 força aos demais grupos representativos, especialmente ao CO, o que nos impõe rediscutir o
238 seu papel dentro da universidade. O tamanho do CO não é, a princípio, um problema, mas o são

239 as suas atribuições e quem faz a sua agenda, a capacidade que o órgão possui de administrar a
240 sua própria agenda. O Renato insiste no seu texto, a meu ver com razão, numa perspectiva de
241 estabelecer diálogo e negociação. Isso nos impõe algumas questões, como o que se entende por
242 negociação e com quem negociar? Por questões práticas, devemos definir estas questões, pois
243 os nossos objetivos políticos, os seus fundamentos, dependem de um diálogo com outras áreas
244 da Universidade. Acho errônea a avaliação de que a Faculdade de Filosofia seja isolada diante
245 das demais Unidades e acredito que é de fundamental importância que estabeleçamos este
246 diálogo, pois sem apoio político fica impossível fazer alguma coisa. Minha última observação é
247 sobre o comentário da Valéria. Ela expõe a existência de pressões não apenas internas, mas
248 também externas à Universidade, e que de algum modo elas influenciam nas suas escolhas.
249 Numa sociedade democrática é inevitável que haja pressões de todos os lados, restando a nós
250 nos resguardar das pressões que são indevidas ou ilegítimas, o que dependerá das funções dos
251 organismos, da clareza do modo como as decisões são tomadas e de como exercemos a nossa
252 autonomia (esta, que nos é imprescindível, não pode ofuscar a lembrança de que pertencemos a
253 uma sociedade maior, tanto quando pensamos no âmbito estritamente social, quanto no
254 político). O problema não é sermos alvo de pressões, mas como as recebemos e as
255 administramos.”. Com a palavra, o Prof. Osvaldo Luis Angel Coggiola disse: “A questão
256 decisiva de todo este debate é se podemos alterar a forma de escolha do Reitor e dos órgãos
257 colegiados. Entretanto, o que devemos pensar é se tais medidas irão alterar as estruturas de
258 poder, caso levemos a cabo a ampliação do colégio eleitoral para a escolha do Reitor. Dentro da
259 história temos dois exemplos de como podemos lidar com a questão. Uma é a via do que
260 aconteceu na Inglaterra, onde a Rainha perdeu o seu poder pela constante ampliação do colégio
261 eleitoral, e a outra é a via do que se sucedeu na França, quando o sistema vigente foi abolido e
262 o Rei perdeu não só o seu poder, como também a sua cabeça. Discute-se qual foi a melhor linha
263 de transição. Na América Latina o que tivemos de mais significativo diante da questão da
264 estrutura do poder universitário não foi sobre o tema da reitoria, mas foi o movimento
265 intitulado Reforma Universitária, nascido em Córdoba no ano de 1918, que alterou a estrutura
266 da sociedade como um todo, ao renovar todas as figuras políticas que surgiram, já que elas, na
267 sua maioria, foram oriundas do movimento Reforma Universitária (como Fidel Castro e
268 Ernesto Che Guevara). As Universidades na América Latina são o lugar em que mais se discute
269 questões como democracia e estruturas de poder, o que não ocorre nas outras universidades do
270 mundo. Qual é o problema que devemos enfrentar? Primeiramente, temos que eliminar os
271 turnos para a eleição do Reitor, atualmente temos três turnos. O primeiro turno, que é a eleição
272 direta, mas que não vale nada, apesar dela ter um forte peso moral sobre os demais turnos. O

273 segundo tem um colégio eleitoral mais amplo e o terceiro é a lista tríplice. Temos que ir para
274 um sistema eleitoral que seja reconhecido por todos, pois estamos nos habituando a presenciar
275 cenas de violência dentro da universidade quando há embates sobre a questão da legitimidade.
276 Devemos também discutir a questão das fundações que se instalaram na USP. Uma alteração
277 cosmética da estrutura de poder pode provocar mais efeitos desagradáveis do que se mantermos
278 a atual forma de poder. Sobre a questão das pressões externas levantadas pela Valéria, elas
279 existem de fato, mas elas podem mudar conforme a estrutura de poder vigente, já a intersecção
280 entre a universidade e o mundo externo não é possível apagar na universidade.”. Com a
281 palavra, o Prof. Renato Janine Ribeiro disse: “Caso queiramos mexer concomitantemente no
282 CO e na forma de eleição para Reitor, acredito que devemos fazer isso apenas no próximo
283 mandato. Talvez tenhamos atualmente condição de alterar as formas de eleição para reitor, pois
284 a discussão existe, mas sobre alterar o CO, praticamente não existem discussões nesse sentido e
285 propô-la no seco pode nos render inimizades, já que reorganizar o CO é alterar a representação
286 por unidade. A questão do número de integrantes e a das atribuições no CO são muito ligadas.
287 No Conselho Universitário da Unicamp, por exemplo, a representação das categorias é maior
288 que a dos diretores, o que, no meu entendimento, representa melhor a comunidade acadêmica e,
289 conseqüentemente, funciona melhor.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de
290 Araújo disse: “Sobre a colocação do professor Moisés, acredito que devemos discutir as coisas
291 que dizem respeito à eleição e ao exercício do poder de forma articulada, e não separadamente.
292 O que foi dito pelo professor Coggiola, acho que deveríamos nos esforçar para não perder de
293 vista o que acontece na sociedade e que, indubitavelmente, repercute na Universidade. Acho
294 positivo os professores que mantêm um vínculo mais estreito com a sociedade e que não ficam
295 subjugados apenas pela lógica interna da universidade, porque todos nós somos primeiramente
296 cidadãos, antes de nos colocarmos como pertencentes à comunidade universitária.”. **II –**
297 **Discussão do tema Graduação na Congregação.** Com a palavra, a Senhora Diretora disse: “A
298 discussão sobre a graduação começou na congregação de agosto de 2011, depois tivemos outra
299 em setembro. Os acontecimentos de outubro e novembro nos impediram de dar continuidade à
300 discussão, que foi retomada em dezembro. Em 2012, discutimos sobre o assunto em março, em
301 abril e em junho. Na Congregação de abril eu fiz uma síntese das discussões, a qual eu irei
302 retomar agora, inserindo alguns pontos que não foram contemplados e que eu inseri neste
303 relatório. Cada departamento fez um diagnóstico sobre a sua situação e os diagnósticos
304 coincidiam, pois eles, na sua maioria, apresentavam salas superlotadas, problemas de
305 infraestrutura, falta de professores, excessivo número de alunos por sala, necessidade de
306 funcionários, necessidade de conhecer melhor o perfil dos alunos, problemas de evasão,

307 matriculas sem limite do número de créditos que contribuem para a superlotação das classes,
308 problemas de retificação de matrícula. Eu observei, ao ler as atas, que as sugestões também
309 eram coincidentes. No curso de Letras, a sugestão era de que os cursos tivessem flexibilização,
310 e vários departamentos colocaram a necessidade de maior integração entre as disciplinas, sendo
311 que em Letras foi proposto que isso deveria ocorrer também nas matérias do ciclo básico,
312 posição que é compartilhada pelos departamentos de Antropologia e de Sociologia. O
313 departamento de Ciência Política propôs que houvesse uma maior integração entre os
314 departamentos do próprio curso. A questão da integração foi colocada tanto no nível dos cursos
315 isolados, como no nível do próprio departamento e da universidade como um todo, caso em que
316 foi sugerida a criação de optativas aos diversos cursos, conjuntamente com o monitoramento de
317 como os alunos por elas circulam, buscando, assim, maior organicidade entre as optativas. Foi
318 colocado que há excesso de leituras exigidas, e sugeriram que criassem um programa básico de
319 leituras, cabendo aos alunos completarem a carga de leitura por conta própria. Necessidade de
320 adaptação do curso noturno que visaria permitir que os alunos pudessem ter mais dias livres
321 para leituras, o que aumentaria a duração do curso em mais um ano. Ampliação do horário da
322 biblioteca, inclusive no final de semana. Dificuldade dos alunos no domínio da língua escrita e
323 na confecção de textos. Problema dos horários concentrados de aula. Reinventar a atitude
324 docente pela utilização de outros materiais nas aulas, como o audiovisual. Basicamente, estes
325 foram os pontos apresentados na síntese do dia 26/04. Gostaria de enfatizar a discussão que
326 tivemos na Congregação sobre os problemas do ato da matrícula, como as salas superlotadas, o
327 impedimento de alunos de se matricular, devido à sala lotada, e que estão para se formar, etc. A
328 Comissão de Graduação disse que possui um grupo de trabalho que está voltado para esta
329 questão e, lembrando, o professor Bolzani salientou a necessidade da Congregação de atribuir
330 força para este grupo e de se manifestar junto à Comissão de Graduação, da Pró-Reitoria de
331 Graduação, no sentido de fortalecer medidas de racionalização do processo de matrícula. Esta é
332 uma questão muito polêmica, mas se tivermos uma posição clara e bem definida, podemos
333 encaminhar um processo neste sentido. Estabelecer uma maior relação entre a graduação e a
334 pós-graduação, o que passaria pela iniciação científica. O professor Ronald sugeriu que poderia
335 haver um aproveitamento da iniciação científica como créditos para as optativas, sugestão que
336 rendeu muitos contraditórios por se acreditar que tais matérias são fundamentais para a
337 formação do aluno. Há também a questão de alguns cursos possuírem TGI. Há um relatório de
338 1986 que foi fruto de uma avaliação da graduação na FFLCH, fato que foi levantado pela
339 professora Marli, como presidente da CG, em que já eram discutidos muitos dos principais
340 pontos que agora estamos levantando, como a interdisciplinaridade e a flexibilização. Assim,

341 existem diagnósticos que já estão consagrados e que podem ser revisitados por nós na
342 atualidade. Todas as discussões estão transcritas, 75 páginas ao todo. Antes de disponibilizar ao
343 público, irei encaminhar as atas a todos para que cada um revise suas próprias falas. Acho
344 importante termos um levantamento do fluxo dos professores que se ausentam para ir a
345 congresso ou que se afastam para fazer cursos de aprimoramento e, também, sobre a questão do
346 ensino a distância, que é um tema que está em discussão na sociedade. Para estas questões,
347 gostaria de recorrer a alguns professores da sociologia, aptos a lidarem com estes
348 levantamentos, para que possamos disponibilizar uma bolsa de monitoria para que algum aluno
349 faça este estudo, assessorando a comissão *ad hoc* que existe na congregação.”. Com a palavra,
350 a Profa. Valéria de Marco disse: “Gostaria de propor que a Congregação encaminhasse duas
351 propostas para os cursos, já que são assuntos de sua competência e que a operacionalidade deve
352 ser desenvolvida internamente, como cada curso entende e viabilizaria a flexibilização da sua
353 grade e como cada curso poderia elencar disciplinas e atividades que fizessem a interface com
354 os outros cursos, conforme a ideia de um planejamento conjunto entre eles. Temos cursos que
355 já fazem esta integração com outras unidades, mas temos que nos esforçar para tornar este
356 procedimento um fator comum. Outra questão importante é que os cursos se manifestem sobre
357 o sistema de tutoria na graduação, considerando se ela pode contribuir para uma melhor
358 formação e convivência dos alunos. Quando éramos em menor número a convivência entre os
359 alunos era comum e se dava nos corredores da universidade, e hoje isso se perdeu.”. Com a
360 palavra, a Profa. Marli Quadros Leite disse: “Antigamente a Comissão de Graduação era
361 formada pelos representantes dos departamentos, mas hoje ela é formada pelos coordenadores,
362 oriundos das comissões de ensino, o que, no meu entendimento, deve colocá-los à frente do
363 trabalho que discute questões como flexibilização e interdisciplinaridade, por meio de suas
364 Comissões de Ensino, entretanto, devemos ter em mente que elas sozinhas não resolverão tais
365 questões. Só teremos um resultado produtivo se todos se mobilizarem para resolver estas
366 questões. Outro objetivo da CG é a reforma do curso noturno, que será muito trabalhosa e
367 impossível de ser feita apenas por ela. Não gostaria de ver a CG posta de lado durante estes
368 processos de reforma, pois ela tem prestado muitos serviços relevantes para a graduação, como
369 o levantamento dos casos em que há alunos que se matriculam em muitas disciplinas e
370 impossibilitam que outros alunos consigam fazê-las e, assim, fazemos a redistribuição destes
371 créditos, quando é o caso.”. Com a palavra, o Prof. Sergio França Adorno de Abreu disse:
372 “Fico feliz por termos conseguido fazer um bom diagnóstico dos problemas, apesar de não ter
373 dado tempo de termos implementado as soluções necessárias. Acho que seria produtivo se
374 fizéssemos testes laboratoriais, apenas a partir de algumas atividades e disciplinas, pois assim

375 poderíamos ver como elas de fato funcionam. Tenho um grande número de alunos externos na
376 disciplina optativa que ministro no Departamento de Sociologia sobre violência, e eu
377 pressuponho dos alunos uma carga de conhecimento de sociologia que às vezes os alunos
378 externos não tem. Como devemos lidar com questões como estas? Fazer alguns testes seria um
379 bom meio para descobrirmos o modo mais produtivo de enriquecer e direcionar a formação dos
380 alunos.”. Com a palavra, a Senhora Diretora disse: “Eu considero que a proposta do professor
381 Sergio está contida na proposta da professora Valéria, a qual é a de encaminhar aos
382 departamentos a discussão sobre a possibilidade de flexibilização dos cursos. A professora
383 Valéria gostaria de fazer a proposta?”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse:
384 “Primeiramente, gostaria de deixar claro que ninguém está aqui para disputar poder com as
385 comissões. Quando sugeri que a discussão ocorresse nos departamentos como um todo, tinha
386 em vista que desde 1986 a comissão de graduação, outras comissões ou algum departamento
387 isoladamente vêm reiteradamente discutindo estas questões da graduação, sem, contudo,
388 conseguir mobilizar a maioria das pessoas envolvidas, o que não viabiliza que haja alterações.
389 Temos que ampliar o número de pessoas envolvidas com a questão e, assim, conseguir força
390 política para alterá-las. A flexibilização é maior nos cursos de Filosofia e Ciências Sociais, mas
391 eles estimulam os seus alunos a participar de atividades paralelas, e não apenas disciplinas, em
392 outros departamentos e em outras Unidades. Já o curso de Letras e o de Geografia possuem
393 currículos mais fechados. Devemos fazer o exercício de imaginar o curso que gostaríamos de
394 ter como modelo e quais as atividades que nos possibilitariam uma formação que contemple o
395 olhar interdisciplinar. Como experimentação, acredito que as disciplinas interdisciplinares,
396 como problematizou o professor Sergio, devem possuir uma bibliografia básica que deve ser
397 lida antes do início do curso, que é pré-requisito para fazê-lo. Sem isso o curso não funciona,
398 por ficar ininteligível sem essa bagagem, o que acarreta a desistência do aluno. A proposta é
399 encaminhar aos departamentos e à CG que eles façam uma reflexão sobre como poderiam
400 flexibilizar os seus respectivos cursos da formação específica que o aluno escolheu no
401 vestibular, e como eles complementariam a formação visando à formação interdisciplinar,
402 assim como se eles entendem como útil e viável a criação de tutorias, o que acarretaria a
403 questão sobre as particularidades de cada curso e como cada curso poderia fazê-la.”. Após
404 votação, a proposta foi **APROVADA. III – Documento elaborado pela Comissão designada**
405 **para propor alterações ao decreto nº52903/72 (normas disciplinares aplicadas à**
406 **comunidade USP)**. Com a palavra, a Senhora Diretora disse: “Gostaria de salientar que este
407 item da pauta não tem caráter deliberativo, a proposta é somente apresentar o resultado do
408 trabalho dessa comissão à Congregação, que a criou, para conhecimento deste órgão e para que

409 seja posteriormente encaminhado a todos os departamentos, para discussão e apresentação de
410 sugestões. Após circular, o documento deve voltar à congregação. Trata-se de matéria
411 complexa, e convém que muitas pessoas participem da discussão, por isso podemos dar um
412 prazo até novembro para que o assunto retorne a este órgão.”. Com a palavra, o Prof. Sergio
413 França Adorno de Abreu disse: “Sou o presidente desta comissão e irei fazer um breve relato
414 do nosso trabalho. Realizamos 5 reuniões para discutir o teor do documento atualmente em
415 vigor. Cabe lembrar que a Comissão foi indicada para propor sugestões ao Regimento
416 Disciplinar. O que fizemos foi apenas um primeiro encaminhamento do assunto, que é muito
417 complexo, exige cuidados com a formulação e demanda um relatório adicional para justificar as
418 alterações que venham a ser aprovadas por esta Congregação, pois, se esta Congregação decidir
419 encaminhar a proposta a instâncias superiores, o documento certamente passará por análises
420 minuciosas. O texto atual é do ano de 1972, faz parte do antigo Regimento Geral da USP e tem
421 alguns itens que nos causaram grande desconforto, diante da experiência democrática em que
422 vivemos. Nós pautamos a nossa proposta segundo quatro princípios: adequar o texto às normas
423 constitucionais e à legislação pertinente, já que várias das formulações do atual texto são
424 abertamente inconstitucionais; garantir aos discentes e docentes o amplo direito a defesa;
425 extrair do texto as formulações imprecisas, que davam margem a uma aplicação arbitrária das
426 sanções disciplinares; estabelecer um equilíbrio de poder entre as instâncias que devem apurar
427 e aplicar as sanções disciplinares, pois hoje o poder disciplinar é competência do reitor, mas a
428 ideia que propomos é de que não haja a concentração do poder de aplicação de sanções numa
429 única autoridade, seja um chefe de Departamento, seja um diretor de Unidade ou o reitor. Ao
430 contrário, propomos constituir uma comissão composta por três docentes, eleitos pela
431 congregação, para acompanhar os processos disciplinares. Quando colocarmos o texto em
432 circulação, sugiro que enviemos o antigo juntamente com nossa proposta. Quero ainda
433 esclarecer um mal-entendido relacionado à indicação do aluno Rafael para compor a Comissão.
434 Ele não foi indicado pela Direção: esta apenas acolheu a indicação dos estudantes. Esse mal-
435 entendido, no entanto, já parece superado. Finalmente, os alunos reivindicam a total anulação
436 do regimento disciplinar e a sua substituição pelo código de ética; entretanto, do ponto de vista
437 jurídico, o código de ética não prevê nenhuma sanção e, como nos advertiu o professor
438 Gilberto, caso adotemos apenas o código de ética, a decisão final sobre a aplicação de medidas
439 punitivas continuaria nas mãos do Reitor.”. Com a palavra, a Senhora Diretora disse: “Foi
440 encaminhado a todos os centros acadêmicos um convite para indicarem representantes que
441 escolheriam um aluno para integrar esta comissão. Eles se manifestaram, e após discussão
442 interna, indicaram o aluno Rafael para integrar a comissão.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo

443 Cunha Lima disse: “Querida um esclarecimento. Entrei no site de normas da USP e dois artigos
444 do atual Regimento Disciplinar, que foram enviados para nós como “já revogados”, constam lá
445 como “em vigor”. Além disso, esses dois artigos trazem conteúdo relevante.”. Com a palavra, o
446 Prof. Sergio França Adorno de Abreu disse: “Nós não vimos essa publicação, mas os
447 documentos legislativos que foram consultados apresentavam esses artigos como revogados no
448 regimento geral da USP, devido a formulações que são inadequadas. Muitas vezes o artigo é
449 revogado, mas não é renumerado, o que gera a necessidade de atualizar a numeração. Eu não
450 sei se o site foi atualizado. Irei verificar e informo posteriormente.”. Em aparte, a Profa. Valéria
451 de Marco disse: “O site frequentemente está desatualizado, as últimas mudanças de estatuto
452 ainda não foram atualizadas por lá.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo Cunha Lima disse: “Fiz a
453 pergunta porque os dois artigos tratam de conteúdo relevante e, sem eles, há um vácuo
454 normativo. Eu imaginava que a comissão iria refazer completamente o texto antigo, propor uma
455 nova redação nos moldes do código de ética, com preâmbulo, discussão de princípios, etc. Eu
456 teria inúmeras sugestões e vejo muitos problemas no texto como ficou. Por curiosidade,
457 consultei outros códigos disciplinares, de diferentes instituições, como a polícia militar,
458 funcionários públicos federais, servidor público do Estado, e tive a impressão de que o texto
459 aqui apresentado é muito incompleto. O Regimento hoje em vigor tem expressões bastante
460 antiquadas, completamente ultrapassadas. Reconheço o mérito da Comissão, que teve muito
461 bom senso ao ajustar o texto e eliminar algumas expressões. Mas, por exemplo, o texto
462 proposto falha quando não prevê quem irá determinar a gravidade de uma infração. Os códigos
463 que eu consultei procuram nortear muito claramente os níveis de gravidade de uma infração,
464 para não deixar a decisão ao critério subjetivo de quem decide, mesmo que seja uma comissão.
465 Nos casos de punições muito pesadas, como a eliminação, isso não está sujeito ao
466 entendimento subjetivo de uma comissão, mas as penalidades mais graves estão relacionadas a
467 atitudes perfeitamente delimitadas. Os códigos também preveem atenuantes, que são
468 perfeitamente aplicáveis à universidade, como no caso de dano ao patrimônio, deve-se analisar
469 quais as condições em que isso ocorreu, se foi uma ação coletiva, se houve ressarcimento. A
470 revisão do estatuto corrigiu pontos muito importantes, mas não criou algo novo, como penso
471 que deveria ter sido feito, mantendo a estrutura de ‘bons costumes’ da época de 1972. Tenho
472 muitas sugestões, só não sei como posso encaminhá-las.”. Com a palavra, o Prof. Sergio França
473 Adorno de Abreu disse: “Acho que as objeções são todas pertinentes, mas não foi decidido que
474 iríamos revogar o atual decreto e fazer um novo. A Comissão foi criada para propor alterações
475 e atualizar o documento. Também pensamos politicamente sobre as alterações, pois algumas
476 alterações que gostaríamos de fazer sofreriam resistência em outras instâncias, como o CO.

477 Temos que confrontar o ideal com o que é politicamente viável. No meu ponto de vista pessoal,
478 este diálogo que estamos tendo agora é importante, para que a Congregação se sinta convencida
479 e tenhamos solidez para defender o trabalho em outras instâncias. As sugestões são bem vindas,
480 o nosso documento passará pelos departamentos para que surjam propostas que possam ser
481 incorporadas.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo Fanjul disse: “Quero elogiar o trabalho da
482 comissão e a disposição política da atual direção para encarar o problema. Este decreto está
483 sendo utilizado amplamente como um meio de regular as relações políticas na universidade
484 num momento em que a atual gestão quer calar os dissidentes. Acho problemático ficarmos
485 apenas na reformulação do regimento, o que de certo modo nos faz ainda reproduzir o seu
486 sentido, desperdiçando uma ocasião histórica. Penso que a rejeição a um instrumento de 1972
487 deve ser total. Assim como o país mudou sua constituição depois da ditadura, conforme a
488 mudança de regime, não vejo como membros do CO defenderiam um instrumento de 72.
489 Talvez nem se deem ao trabalho de defendê-lo. O Regimento atual tem 40 anos. Por isso,
490 devemos pensar muito no que faremos, e não conjuntamente, por exemplo, na composição
491 política atual do CO. A questão central é o que a nossa Faculdade diz à sociedade acerca do que
492 é uma faculdade e uma universidade democrática. No atual regimento, por exemplo, a questão
493 dos entorpecentes é tratada na mesma enumeração do porte de armas. Não preciso dizer que o
494 uso e o tráfico de drogas é uma questão bem mais complexa do que nos mostra a grande mídia,
495 e não podemos sucumbir a isso. Conjuntamente aos departamentos, acredito que a reforma do
496 regimento deve estar aberta também aos alunos, do mesmo modo que ela está aos professores e
497 aos departamentos, por exemplo, por meio de uma Plenária.”. Com a palavra, a aluna da pós
498 graduação Maria Carlotto disse: “A atual gestão da Associação dos Alunos da PG, da qual eu
499 sou representante, debate com muito interesse todas as reformas estatutárias que ocorrem na
500 USP, inclusive esta proposta de alteração do regime disciplinar. Na reunião que tivemos na
501 última terça, ela foi discutida segundo os seus aspectos políticos e formais, o resultado leio
502 nesta carta: ‘No nosso entendimento, a decisão ideal do ponto de vista da normatização da vida
503 universitária seria revogar o regimento disciplinar, reconhecendo o seu vício de origem, e
504 adotar o código de ética da USP, podendo ser incorporado ao Regimento Geral se for
505 necessário para a sua regulamentação. Os argumentos para isso são: primeiramente, o código
506 de ética é um dispositivo normativo criado em 2001, portanto, em um contexto democrático, de
507 modo que ele reconhece, já nos seus princípios, as garantias constitucionais mais elementares.
508 Além disso, o código se fundamenta em documentos que já alcançaram consenso internacional,
509 como a declaração universal dos direitos humanos, pressuposto de todas as constituições
510 contemporâneas de inspiração democráticas, bem como pelos princípios indissociáveis

511 aprovados pela Associação Internacional de Universidades, convocada pela UNESCO em 1950
512 e 1998, a saber: o direito de buscar o conhecimento por si mesmo e de persegui-lo até onde a
513 procura da verdade possa conduzir; a tolerância em relação a opiniões divergentes e a liberdade
514 em face a qualquer interferência política; a obrigação, enquanto instituição social, de promover
515 mediante o ensino e a pesquisa os princípios de liberdade, justiça, dignidade humana,
516 solidariedade e desenvolver ajuda mútua moral e material em nível internacional. O Código de
517 Ética reconhece um princípio fundamental: o de que a universidade é uma comunidade de
518 membros potencialmente iguais, baseada na formação e no exercício do espírito crítico. Esse
519 pressuposto deve orientar as relações neste espaço institucional. Tudo isso está previsto no
520 Código de Ética, assim como a defesa da USP como universidade pública. O regimento
521 disciplinar, ao contrário, não só exclui os funcionários como segmenta de forma hierárquica e,
522 no nosso entendimento, de modo incompreensivelmente paternalista os estudantes e
523 professores. É claro que é preciso reconhecer uma certa especificidade, como faz o código de
524 ética, com capítulos separados para cada setor, mas nos é incompreensível como o regimento
525 está disposto; cito o primeiro item prescrito aos alunos, ‘Item I – Alterar, inutilizar ou
526 deteriorar intencionalmente qualquer bem pertencente a universidade’. Por que ele é prescrito
527 apenas aos discentes? Isso é totalmente coerente com o espírito do Regimento, aparentemente
528 inspirado na publicação de Alfredo Buzaid, “Em defesa da moral e dos bons costumes”, que
529 teria sido um dos redatores do documento, segundo algumas fontes. O código de ética prevê a
530 existência de uma comissão, composta por cinco professores, com representação discente e de
531 funcionário, que seria a responsável pela abertura de processos e aplicação das sanções. Sob
532 esse aspecto, o atual código de ética não difere do regimento disciplinar, já que o decreto de
533 expulsão dos alunos no final do ano passado foi fundamentado por ambos. Defendemos que o
534 regimento seja totalmente refeito, mas, entendendo que o atual momento político da
535 universidade é mais favorável a mudanças pontuais, queremos contribuir com algumas
536 propostas, que são: no artigo 248, propomos substituir o termo *eliminação* por *desligamento*, e
537 acrescentar o parágrafo único ‘o aluno poderá reingressar por novo vestibular, exame de
538 ingresso ou concurso público como docente ou funcionário’; no artigo 249, que define as
539 sanções, pensamos que devam ser previstas sanções específicas para cada infração, como
540 consta no Código Penal Brasileiro. Atualmente, como fica a cargo da comissão definir a
541 gravidade das condutas, todo e qualquer ato pode motivar a eliminação. Como a ideia é
542 eliminar as abstrações e as arbitrariedades, acreditamos ser uma boa iniciativa estabelecer
543 penas específicas, tipificando as sanções; também solicitamos a inclusão de representantes
544 discentes em todas as comissões que irão realizar os processos administrativos, pois eles têm o

545 direito de acompanhamento dos processos disciplinares; sobre o artigo 250, que define as
546 infrações, nós escrevemos um documento sobre os jogos de azar e o uso de drogas dentro da
547 universidade. Propomos eliminar os itens 5 e 6 do artigo 250, pois o regimento disciplinar que
548 estamos discutindo não visa punir crimes reconhecidos pelas leis brasileiras, mas sim as
549 condutas que ameacem a convivência dentro da universidade. Assim, que bem jurídico estaria
550 ameaçado caso os jogos de azar não fossem punidos administrativamente? A proibição do jogo
551 parece servir para estigmatizar eventuais condutas lúdicas e inofensivas. Sobre as drogas, as
552 punições são mais graves e ferem diversas leis existentes, como a lei 11.343, chamada lei de
553 drogas, que tornou o uso de entorpecentes passível apenas de advertência e, nos casos mais
554 graves, de prestação de serviço comunitário e inscrição em programas e cursos administrativos,
555 e ela tratou de diferenciar o usuário eventual daquele que é dependente químico, prevendo a
556 internação não compulsória, o que aponta para o caminho das políticas públicas de redução de
557 danos. Além disso, as atuais punições ferem a lei psiquiátrica e, o que é mais grave, fere a lei
558 estadual que prevê que é um direito fundamental do usuário de drogas a garantia de não ser
559 excluído da instituição escolar, centros esportivos e outras instituições públicas por ele ser
560 usuário de drogas. Por fim, como o Prof. Ricardo já adiantou, não sabemos se os artigos 251 e
561 252 estão ou não realmente revogados, pois são artigos muito importantes para a instituição
562 democrática, já que garantem acesso às instâncias de recursos. Chamou a nossa atenção a
563 exclusão do item 4 do artigo 252 (e este item está realmente revogado), que garantia recurso da
564 decisão do Reitor para o CO, atitude coerente com o atual esvaziamento dos órgãos colegiados,
565 como foi colocado no início dos debates de hoje, e o fortalecimento da figura do Reitor.”. Com
566 a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Gostaria de propor que o documento que foi
567 confeccionado pela APG fosse encaminhado conjuntamente com o documento que irá ser
568 entregue aos departamentos, pois a discussão é complicada e cheia de minúcias.”. Com a
569 palavra, o aluno Rafael Pacheco disse: “Gostaria de fazer uma pequena correção, pois a
570 convocatória para a indicação da representação discente foi enviada para os representantes
571 discentes nos departamentos e não aos centros acadêmicos. Os centros acadêmicos, assim, não
572 foram comunicados desta congregação, nem convocados a indicar representantes. O Prof.
573 Ricardo já antecipou muitas das nossas propostas. Gostaria de endossar a iniciativa da
574 Congregação de rever o regimento, pois temos presenciado nos últimos tempos a sua utilização
575 de modo bastante arbitrário. O debate de hoje se presta a superar um pensamento equivocado
576 de que estudantes e professores estariam em lados contrários, e isso é gratificante. Reitero que a
577 Comissão tinha atribuições delimitadas, de revisão do Regimento, não prevendo nenhuma
578 formulação para além disso. Afirmo que devemos superar o atual Regimento e apontar para um

579 documento totalmente novo. Quero reforçar o que foi dito pela Maria, pois concordamos que o
580 atual regimento expõe uma discrepância no tratamento dado aos alunos e aos professores,
581 prevendo atitudes diferentes para docentes e discentes. Isso deve ser superado. Por outro lado,
582 não cabe à universidade legislar, com normas internas, sobre atos que já estão previstos pela lei
583 brasileira, como no caso dos jogos e do uso de drogas. Temos algumas propostas para sugerir a
584 esta congregação: ela deveria ter mais sensibilidade ao convocar representantes discentes a
585 participar das comissões e de outras funções, pois, no caso desta comissão especificamente, os
586 representantes discentes tiveram o prazo de um dia para indicar o representante para a
587 comissão, fato que se repetiu na semana passada a respeito da designação da comissão eleitoral
588 em que os centros acadêmicos tiveram apenas um dia para indicar representante para a
589 comissão, num universo de 14 mil estudantes. O tempo mínimo que está sendo dado inviabiliza
590 a nossa participação, pois temos uma dinâmica de organização dos colegiados estatutários um
591 pouco diferente. Gostaria que a Congregação considerasse essa situação. Penso ainda que a
592 Comissão deveria criar espaços de discussão que viabilizem a participação de toda a
593 comunidade, envolvendo toda a Faculdade.”. Com a palavra, o Prof. Osvaldo Luis Angel
594 Coggiola disse: “Quero saudar a iniciativa da Diretoria e da Congregação. Acho que a FFLCH
595 tem que ter uma posição clara a respeito destes assuntos, mesmo que ela não venha a ser
596 adotada pelo CO, não apenas para marcar sua posição, mas porque a Faculdade de Filosofia
597 vem sendo o teatro dos acontecimentos que, nos últimos tempos, motivaram a reutilização do
598 regimento de 72. Estamos lidando com um regimento anacrônico e desde que eu estou aqui, há
599 28 anos, ele nunca foi sequer mencionado, o que ocorreu agora devido às expulsões. O CO
600 deveria ter reformulado o estatuto da USP já em 1986, quando passamos ao governo civil.
601 Estamos com um quarto de século de atraso. A congregação deve remeter a discussão aos
602 departamentos, com prazo definido. Concordo com a ideia dada pelo aluno de que seria muito
603 profícua a criação de um espaço de debate que junte todos os interessados em discutir o
604 assunto. A carta da APG que nos foi apresentada deveria ser encaminhada aos departamentos,
605 pois ela agrega conteúdo à questão.”. Com a palavra, o Prof. Dr. Cícero Romão Resende de
606 Araújo disse: “O fato de o assunto ser de extrema delicadeza certamente influenciou na demora
607 em começar a discuti-lo, pois se trata de pensar os termos mínimos pelos quais os membros
608 desta comunidade vão conviver e, assim, estabelecer limites a respeito desta convivência, ou
609 seja, é a própria comunidade que vai estabelecer os seus limites para si mesma. A comunidade
610 acredita que ter um regime disciplinar próprio é melhor do que ser regida apenas pelas leis do
611 Estado, e como ele é confeccionado por um pacto feito por nós, assumimos o compromisso de
612 segui-lo. Não podemos nos furtar a discuti-lo. O problema de nos valermos do código de ética

613 para embasar o regime disciplinar é que este deve sempre ser acompanhado por sanções e, caso
614 não fosse, seria caracterizado como mero conselho diante dos atos praticados na Universidade.
615 Isso não caracterizaria uma lei, pois ela é escrita no modo imperativo.”. Em aparte, o Prof.
616 Ricardo Cunha Lima disse: “Complementando o que está sendo dito, o código de ética diz
617 explicitamente que ele não possui o poder punitivo, ele apenas deve encaminhar suas
618 conclusões às autoridades competentes para que elas tomem as providências cabíveis. É o
619 regimento disciplinar que diz sobre as providências e quem são as autoridades competentes. O
620 código de ética não preenche essa lacuna.”. Com a palavra, o Prof. Dr. Cícero Romão Resende
621 de Araújo disse: “Podemos incorporar vários dos princípios do código de ética no novo regime
622 disciplinar, mas o importante é entendermos o que é um regime disciplinar. As ações no
623 interior da universidade, na medida em que visam o bom convívio, têm limites. Não podemos
624 nos omitir em relação a isso. Devemos propor ideias muito fortes e sólidas, respeitando os
625 princípios aqui mencionados.”. Com a palavra, o Prof. Sergio França Adorno de Abreu disse:
626 “Anotei a maior parte das observações e, além disso, o documento ainda será analisado pelos
627 departamentos. O que eu estou interpretando a partir das observações, entretanto, é que, indo
628 além da portaria que criou a Comissão, o encaminhamento da discussão sugere que pensemos
629 num novo regimento.”. Com a palavra, o funcionário Claudio de Souza disse: “Acho que
630 realmente teremos que refazê-lo. Acredito que a Faculdade possui essa coragem e tem
631 suficiente maturidade democrática para fazer um novo regimento e encaminhá-lo à Reitoria e
632 ao CO, que irão diminuí-lo conforme os seus critérios.”. Com a palavra, a Profa. Sandra
633 Margarida Nitrini disse: “Acredito que o melhor a fazer neste momento é encaminhar o
634 documento já feito para os departamentos, pois a comissão que foi composta para discutir e
635 fazer alterações pontuais no regimento já cumpriu o seu trabalho. Após obtermos as
636 observações dos departamentos, podemos remodelar e recompor a comissão e discutir a
637 reformulação total do regimento, ou o que quer que seja da vontade desta congregação.
638 Concordo que a nossa Faculdade deva retomar a iniciativa dessa discussão no CO”.

639 **Expediente da Comissão de Pesquisa (CPq):** Com a palavra, a Profa. Ana Lúcia Pastore
640 Schritzmeyer, Presidente da CPq, comunicou: “Entre hoje e amanhã estarão sendo formadas as
641 mesas que receberão o SICUSP e me preocupou o fato de termos poucos docentes e pós-
642 doutorandos indicados para coordenar as mesas na nossa unidade. Gostaria de pedir aos
643 professores que se mobilizem a coordenar as mesas e indiquem os seus pós-doutorandos.
644 Acontecerão, no dia 20/09, os seminários sobre ética e pesquisa, todos os professores receberão
645 em breve o convite. Gostaria de me despedir da presidência da CPq, pois é o meu último dia no
646 cargo, e deixo uma questão: há um número muito grande dos pós-graduandos que nos últimos

647 tempos vêm abandonando suas pesquisas e cursos devido a problemas de saúde, fato que tem
648 ocorrido em todos os departamentos. Acredito que a demanda por uma alta produtividade de
649 dissertações e teses tem um custo emocional muito grande e a USP, como instituição de ensino,
650 tem se ausentado desta discussão. O HU sequer tem atendimento psiquiátrico e a Faculdade de
651 Psicologia não tem estrutura de atendimento.” **ADITAMENTO: 1. RECONHECIMENTO**
652 **INSTITUCIONAL DE REVISTA. 1.1. A Revista discente “Non Plus” criada pelo**
653 **Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em**
654 **Francês,— Profa. Dra. Veronica Galíndez-Jorge solicita o reconhecimento institucional. (v.**
655 **anexo, cópia do ofício). Após votação, o item foi APROVADO. 2. COMISSÃO DE PÓS-**
656 **GRADUAÇÃO – CONVÊNIOS DE CO-ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL (CO-**
657 **TUTELA). 2.1. Pedido da Senhora Osvaldina dos Santos Araújo, aluna externa, referente ao**
658 **convênio Acadêmico de co-orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-**
659 **Graduação em Sociologia da FFLCH-USP e a Université Toulouse 2 Le Mirail, França (Doc.**
660 **Mercúrio 30187). Após votação, o item foi APROVADO. 3. ABERTURA DE EDITAL –**
661 **PROFESSOR DOUTOR. (votação aberta, sem prejuízo de pedidos de destaque) 3.1. O**
662 **Departamento de Antropologia solicita a abertura de edital de Concurso Público para 01 (um)**
663 **cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, área de Etnologia/Teoria Antropológica -**
664 **Claro/cargo nº. 1229362 (Proc.: 12.1.3748.8.5). (v., anexo, cópia do programa aprovado pelo**
665 **Conselho Departamental em 24.08.2012). Após votação, o item foi APROVADO. 3.2. O**
666 **Departamento de Antropologia solicita a abertura de edital de Concurso Público para 01 (um)**
667 **cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, área de Antropologia Urbana/Teoria**
668 **Antropológica - Claro/cargo nº. 1229370 (Proc.: 12.1.3749.8.1). (v., anexo, cópia do programa**
669 **aprovado pelo Conselho Departamental em 24.08.2012). Após votação, o item foi**
670 **APROVADO. 3.3. O Departamento de Antropologia solicita a abertura de edital de Concurso**
671 **Público para 01 (um) cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, área de Antropologia**
672 **das Formas Expressivas/Teoria Antropológica - Claro/cargo nº. 1229389 (Proc.: 12.1.3750.8.0)**
673 **(v., anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho Departamental em 24.08.2012). Após**
674 **votação, o item foi APROVADO. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, a Senhora**
675 **Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu,**
676 **Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a**
677 **presente ata que assino juntamente com a Senhora Diretora. São Paulo, 30 de agosto de 2012.**